



Os Extratos Fluídos e a profissão farmacêutica em São Paulo (1895 - 1917)

Isabella Bonaventura de Oliveira¹

Resumo: Este trabalho analisará como os debates sobre “extratos fluídos” nos permitem compreender o processo de institucionalização da farmácia em São Paulo entre 1895 e 1917. Nesse momento, os farmacêuticos paulistas fundaram associações, revistas e instituições de ensino, ampliando sua rede de aliados e compondo uma identidade profissional específica. Juntamente a esta busca por alianças, percebemos um movimento de demarcação de fronteiras e definição de quem estaria autorizado a exercer esse ofício. A fim de analisarmos tal processo, atentaremos às discussões que os farmacêuticos paulistas empreenderam sobre os “extratos fluídos”, preparados presentes na farmacopeia estadunidense e que alguns membros da Sociedade Farmacêutica pretendiam inserir na terapêutica nacional. Veremos como a circulação desse novo agente promoveu debates sobre hierarquia profissional, dependência entre farmacêuticos e droguistas, assim como, questionamentos sobre como a prática farmacêutica se estruturaria.

Palavras-chave: Extratos Fluidos; Farmácia, Tinturas Medicinais; História das Ciências.

Introdução

Este trabalho aborda os debates sobre a inserção dos *extratos fluidos* na terapêutica paulista, ressaltando os argumentos mobilizados pela Sociedade Farmacêutica Paulista, entre o final do século XIX e décadas iniciais do XX. Seguiremos os argumentos -

¹ Mestra e doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (PPGHS-USP). Membro do Laboratório de História das Ciências, Tecnologia e Sociedade (Labcite).

favoráveis e contrários –, rearranjos e ressalvas que a circulação desses medicamentos provocou, de modo a compreendermos sua agência no processo de institucionalização da profissão farmacêutica em São Paulo, entre 1895 e 1917.

Nesse momento, os farmacêuticos paulistas se organizaram com o objetivo de fundar espaços de fala, atuação e ensino separados da medicina, buscando se afastar da fama de auxiliares dos médicos (Oliveira 2018). Em 1894 registramos em São Paulo a primeira sociedade destinada especificamente às discussões sobre farmácia: a Sociedade Farmacêutica Paulista que, partir de maio de 1895, passou a publicar a Revista Farmacêutica.

A Revista Farmacêutica circulou entre 1895 e 1917, atuando como um espaço de sociabilidade, no qual os farmacêuticos poderiam dialogar sobre experimentos novos e quotidianos, debater sobre a legislação sanitária, espaços institucionais, bem como fazer denúncias contra eventuais abusos de autoridades ou desempenho ilegal da profissão (Oliveira 2018). Por meio de seus artigos, os editores da Revista e associados delinearam o que seria a “boa” prática farmacêutica, definindo, inclusive, aquilo que deveria ser evitado no exercício da profissão. O objetivo destas publicações era conformar uma identidade² que agregasse farmacêuticos da capital e do interior, conferindo-lhes legitimidade no contexto republicano.

Ao longo do período analisado, diversos artigos da Revista descreveram, debateram e delinearam quais seriam os saberes, objetos e práticas específicos aos farmacêuticos. Os membros da Sociedade ressaltavam a importância das “regras de validação” e “critérios de demonstração” (Bensaude-Vincent e Stengers 1993: 13) oriundos da química e da botânica, de modo a perpetuar a imagem do farmacêutico como cientista, capaz de “dominar” os objetos e atuar sem a presença de discordâncias (Stengers 2013).

Através do artigo *Prática Farmacêutica*, Ignacio Puiggari defendeu a necessidade do farmacêutico atuar como o cientista, domando a vontade das substâncias de modo a adquirir os resultados desejados. Essa publicação descreveu o processo de produção de “limonada gazoza de citrato de magnésia” e pretendia perpetuar uma determinada maneira de fabricar esse produto quotidianamente empregado pelos farmacêuticos:

² Os estudos de Michel Foucault em “O Sujeito e o Poder” (1985) nos fornecem apontamentos relevantes sobre a formação de identidades e sua circulação. O autor indica que o estabelecimento de identidades mantém uma faceta produtiva, criando indivíduos que agiriam de uma maneira determinada e que, assim, se inseririam em atividades laborais ou intelectuais específicas. Essa produtividade, segundo Foucault, não se limitaria à supressão do “eu” em favor do grupo, mas também envolveria a criação de uma relação de pertencimento entre o indivíduo e a comunidade como o qual ele deseja se integrar.

Coloca-se na garrafa a solução ácida de citrato de magnésia devidamente adoçada, juntam-se quatro gramas de bi-carbonato de soda, arrolha-se e amarra-se a tampa com rapidez. São evidentes as dificuldades que apresenta este sistema, pois, logo que o bi-carbonato se põe em contato com o líquido ácido, desenvolve-se rapidamente o gaz ácido carbônico, e é durante essa efervescência que o operador deve comprimir o gaz, tapando a garrafa com uma rolha de cortiça e amarrando-a imediatamente. Esta operação apresenta sempre dificuldades, por serem poucos os que tem a destreza suficiente; o menor descuido, a mais insignificante imperfeição da rolha, dão como resultado escapar-se o líquido impetuosamente da garrafa molhando a mesa de trabalho e o operador, que fica em posição tristemente ridícula. É preciso, portanto, recomençar o trabalho, dando-se conseqüentemente a perda de tempo e o desperdício de materiais. As manipulações do farmacêutico devem ser feitas sempre com firmeza sem receio de eventualidades, dominando a substância em vez de ser por elas dominado. (Puiggari 1985a: 12).

A imagem do “cientista dominador” foi evocada por Puiggari para tentar demonstrar aos leitores um certo controle sobre a ação dos compostos no momento da manipulação. Entretanto, consideramos que o trecho acima nos permite discutir a contingência que permeava esse “controle”, uma vez que o farmacêutico precisaria, a todo momento, barganhar com as ações e desejos do gás ácido carbônico, do bi-carbonato e da solução ácida de citrato de magnésia. Vemos como o farmacêutico precisou realizar suas manipulações com bastante cuidado, movendo-se da maneira adequada e aliando-se a outros objetos, como as rolhas de “boa qualidade” para, assim, impedir que o líquido escapasse da garrafa.

Em diálogo com Donna Haraway, destacamos as lacunas apresentadas pelo discurso oficial sobre conhecimento científico, segundo o qual esse último assentaria sua objetividade na separação corpo-mente, produzindo um saber descorporificado e capaz de dominar os “objetos” da natureza. Assim como a autora, compreendemos que essa cisão não se realiza na prática, pois a ação laboratorial, para efetivar-se, exige o alinhamento de humanos e não-humanos:

Explicações de um mundo “real”, assim, não dependem da lógica da “descoberta”, mas de uma relação social de “conversa” carregada de poder. (...) O mundo encontrado nos projetos de conhecimento é uma entidade ativa. Na medida em que uma explicação científica tenha sido capaz de se relacionar com esta dimensão do mundo como objeto de conhecimento, um conhecimento fiel pode ser imaginado e pode nos solicitar. (Haraway 1995: 37).

As descrições presentes na Revista Farmacêutica circulam entre os tradicionais polos: objetivo (olhar distanciado e onisciente) e subjetivo (misturas, sensações e ações frente ao imponderável). Embora os redatores destacassem a relevância dos métodos advindos da química e botânica – apresentados como universais e impessoais –, capazes de prover “boas soluções”, a leitura dos artigos nos aponta para um caminho mais complexo, através do qual observamos os farmacêuticos alinhando-se à vontade dos compostos e interagindo com suas respostas: explosões inesperadas, efervescência das misturas, ou mesmo, a diminuição da ação terapêutica do composto após sua mistura com outros elementos. Consideramos que apenas por meio dessa barganha com os objetos, os farmacêuticos conseguiam produzir substâncias estáveis³ e, conseqüentemente, passíveis de serem vendidas ao público: os medicamentos.

Nossa intenção será compreender a institucionalização da profissão farmacêutica em São Paulo enquanto processo dinâmico, que mobilizou elementos heterogêneos (humanos e não-humanos). Partindo desta perspectiva, nos afastaremos de uma abordagem progressista, segundo a qual a farmácia ganharia espaço institucional a partir da simples adição de objetos e preceitos intrinsecamente verdadeiros. Assim como Ludwik Fleck, consideramos que a chegada de um novo objeto, saber ou teoria causa uma rede de deslocamentos e transformações no coletivo que a recebe:

Cada fato repercute retroativamente em outros, e cada mudança, cada descoberta exercem um efeito em um campo que, na verdade, não tem limites: um saber desenvolvido, elaborado na forma de um sistema harmonioso, possui a característica de cada fato novo alterar todos os anteriores, por menor que seja essa alteração. Nesse caso, cada descoberta é, na verdade, a recriação do mundo inteiro de um coletivo de pensamento. (Fleck 2010: 153).

Os espaços de fala e atuação criados pelos farmacêuticos entre 1895 e 1917 – a Sociedade Farmacêutica Paulista, Revista Farmacêutica e a Escola de Farmácia⁴ – tampou-

³ Em diálogo com Pignare (1999) entendemos que essa estabilidade seria um estágio temporário do medicamento. Após o consumo, esse remédio atuará junto a uma outra rede de agenciamentos, que não aprofundaremos ao longo deste texto.

⁴ Ao longo deste artigo não discutiremos o tema da Escola de Farmácia. Entretanto, ressaltamos a importância dessa instituição de ensino no processo de institucionalização da profissão, formando indivíduos que perpetuariam uma determinada identidade profissional. Também foi por meio da Escola que uma quantidade considerável de mulheres se inseriu na profissão. Durante o período entre 1901 e 1916,

co serão compreendidos como entidades estáveis e que somente propagariam saberes finalizados. Segundo Bruno Latour, ao mesmo tempo em que as instituições abrigam determinados valores e entendimentos, elas também estão sujeitas aos seus efeitos. Esse autor duvida da existência de uma institucionalidade soberana, defendendo que as instituições estão sempre em transformação, sendo alteradas pela agência dos próprios valores por elas perpetuados: “*Cada vez hay que imaginar una relación original y específica entre la historia de sus valores y las instituciones a las cuales esos valores dan sentido y que, a cambio, los acogen, los protegen y, a menudo, los traicionan*” (Latour 2014: 57).

Consideramos que os artigos publicados na Revista não eram o “espelho” de um projeto exterior lançado por seu corpo de editores – membros da Sociedade –, mas sim agenciamentos por meio dos quais os valores da Sociedade eram, simultaneamente, partilhados e deslocados. Desta forma, veremos como debates sobre a inserção de novos produtos na terapêutica paulista, geraram disputas, rearranjos e alterações na conformação institucional e identidade profissional que se desejava estabelecer para a profissão farmacêutica em São Paulo.

Os extratos fluidos aparecem pela primeira vez no décimo primeiro volume da publicação – abril de 1896 –, em artigo redigido por Luíz de Queiroz. O autor defendia a eficácia dos extratos na retenção de princípios ativos dos vegetais, que poderiam ser condensados em volumes menores:

Introduzidos pela Pharm. dos Estados Unidos, foram conhecidos na Europa pela importação de certos medicamentos indígenas d’aquelle pais, preparados dessa forma. (...) A economia de tempo que eles trouxeram aos pharmaceuticos fez com que o seu uso de espalhasse entre nós de tal modo, que difficilmente estes de resignam com a sua abolição. (...). Contendo os principios activos de um vegetal condensados em pequeno volume e conservando-lhe todas as propriedades, os extratos fluídos vieram substituir nos nossos laboratórios um grande número de plantas medicinais, indígenas e exóticas, muitas das quais de difícil, senão impossível conservação. (...) Estes extractos contém todos os principios solúveis das plantas, extraídos de modo a deixá-las completamente esgotadas, em um volume equivalente ao peso delas. Não podemos dizer a mesma coisa das tinturas preparadas pelos processos usuais. O veículo que entra em sua preparação é o álcool, mais

a Escola formou um total de 505 alunos, sendo 126 mulheres, ou seja, as farmacêuticas representavam 24% dos graduados (Oliveira 2018: 74).

ou menos diluído, e o meio de obtê-las é a maceração por um determinado número de dias. (Queiroz 1896: 217 - 218).

O trecho evoca as vantagens em se empregar os extratos fluidos na terapêutica nacional, ressaltando como o uso desse novo preparado geraria economia de tempo ao farmacêutico, bem como seria capaz de reter com maior eficiência e em menor volume os princípios ativos das plantas manipuladas. Além de apresentar os extratos fluidos ao leitor, percebemos que Queiroz se apressou a comparar o processo de produção deste novo preparado àquele empregado na elaboração das tinturas medicinais⁵.

As tinturas medicinais, suas propriedades e as maneiras pelas quais os farmacêuticos poderiam prepará-las, foram divulgadas pela Revista desde seus primeiros números. Em *Das Tinturas Medicinais*, publicado em agosto de 1895, Ignácio Puiggari expôs seu procedimento de preparo, tomando como base a farmacopeia francesa⁶. Ao contrário de Luiz de Queiroz, Puiggari destacou a necessidade de que o profissional separasse um tempo para a manipulação e que sempre consultasse a farmacopeia, a fim de evitar qualquer erro de proporção ou dosagem:

Muitos são os farmacêuticos que, como eu, não se confiam na memória e por isso cada vez que tem que preparar uma tintura vão ao códex para consultá-lo. Este pequeno trabalho de consultar o formulário não nos prejudica em nada, pois trata-se de um medicamento officinal⁷, preparado com calma e sossego e nas horas vagas, sendo que ele é largamente compensado pela certeza de ter procedido com exactidão. (...) O engano na preparação de uma tintura ou outro medicamento officinal vai causar uma série longa de contratempos. (Puiggari 1895: 82).

Puiggari defendia que o farmacêutico deveria preparar pessoalmente os medicamentos nas horas vagas, destacando a importância de que essa operação não fosse feita

⁵ “Medicamentos officinais líquidos, que resultam da ação dissolvente do álcool sobre uma ou várias substâncias medicinais. (PUIGGARI 1895b: 81).

⁶ A farmacopeia francesa deveria ser seguida pelos farmacêuticos nacionais, que não dispunham de nenhum manual elaborado no Brasil até 1917, quando foi lançada a Farmacopeia Paulista (Pimenta e Costa 2008).

⁷ “Produtos officinais são substâncias básicas que compõem os medicamentos. Encontravam-se preparadas nas boticas sob várias formas. Quando eram acrescidas de mais componentes pelo médico, tornando-se específicas para um paciente, passavam a denominar-se preparações magistrais.” (Marques 1999: 93).

de maneira apressada. O autor considerava que o farmacêutico deveria dedicar tempo à elaboração dos produtos que seriam vendidos em seu estabelecimento, tomando como referência os manuais oficiais, como a farmacopeia francesa. Além disso, este artigo criticava os profissionais que compravam as tinturas medicinais prontas, recorrendo, assim, a parcerias com os droguistas⁸: “O farmacêutico que quiser servir bem e conscienciosamente a seus clientes deve preparar em casa as tinturas que empregar. Há, porém, donos de *pharmacias* barateiras que as compram aos droguistas a fim de obtê-las sem trabalho e a baixo preço.” (Puiggari 1895b: 84).

Segundo Puiggari, o farmacêutico que adquirisse junto aos droguistas uma tintura pronta encurtaria o tempo de trabalho junto às misturas, não podendo, assim, garantir ao cliente que o produto vendido seria de “total qualidade”. O tom de denúncia contido neste artigo, nos permite refletir como a concepção de prática farmacêutica defendida pelo autor não era objeto de consenso. A maneira como Puiggari se referiu aos “donos de *farmácias*” barateiras nos indica que alguns profissionais preferiam comprar tinturas prontas, diminuindo do tempo de serviço e, conseqüentemente, o custo dos medicamentos.

O autor também destacou a inconveniência das manipulações mal realizadas, que gerariam uma “longa série de contratempos” (Puiggari 1895b: 82). Puiggari associa a produção de tinturas de má qualidade aos práticos de *farmácia*, mencionados como inabilitados para esse tipo de atividade:

Há práticos que empregam sempre álcool concentrado, julgando obter assim productos melhores; sabe-se entretanto, que isso vai de encontro à experiência, pois ele é bom dissolvente de muitas substâncias, mas não o é de outras, como as gommas, o amido, a albumina vegetal extectiva, etc. (Puiggari 1895b: 83).

Ao mesmo tempo que as publicações da Revista buscavam definir as habilidades e princípios do farmacêutico-cientista, no trecho acima percebemos a iniciativa de demarcar aqueles que não estariam “aptos” a manipular as tinturas. Os práticos de *farmácia*

⁸ Os droguistas eram responsáveis pelo fornecimento de produtos químicos ou preparados medicinais aos farmacêuticos e industriais do período. Os membros da Sociedade Farmacêutica Paulista mantiveram uma relação controversa com esse grupo, enquanto alguns como Francisco Nicolau Baruel – dono da Drogaria Baruel – foram considerados aliados, outros eram vistos como inimigos da classe farmacêutica, principalmente aqueles envolvidos em articulações políticas para diminuir os impostos sobre produtos medicinais importados.

eram enquadrados pelos membros da Sociedade como “charlatões” e citados nos artigos da Revista como manipuladores inábeis e perigosos para a saúde pública, sendo acusados de produzir venenos e não remédios.

Em conformidade com Michel Foucault, consideramos importante demarcar que não existe o “erro” no sentido estrito do termo. A definição do que “é errado” envolve, necessariamente, o recurso a uma de “verdade”, estabelecida segundo critérios específicos: “o erro só pode surgir e ser decidido no interior de uma prática definida.” (Foucault 2014: 32). Sugerimos, então, que o entendimento de que o prático de farmácia erra ao produzir a tintura, bem como a acusação de charlatanismo, só pode ser estabelecida na medida em que se delimitam quais eram as práticas e saberes adequados à produção de medicamentos (abordados como “verdadeiros”).

Embora os artigos da Revista Farmacêutica ressaltassem a pouca aptidão do prático no preparo dos remédios, este último era uma figura frequente nos estabelecimentos farmacêuticos. Segundo os relatos históricos de Jorge Americano em “São Paulo Naquele Tempo (1895 – 1915)”: “O farmacêutico ficava de dentro [do balcão], atendendo a um e outro freguês, e gritava para o prático de farmácia na sala anterior: ‘Seu Oliveira, prepare seis capsulas de antipirina de dez centigramos cada uma, não demore, o cliente está esperando.’” (Americano 2004: 420).

Além de expor aspectos quotidianos de uma farmácia em princípios do século XX, o trecho acima também nos permite observar as relações hierárquicas entre os práticos de farmácia e os farmacêuticos formados. Enquanto os primeiros eram responsáveis pelas manipulações que dariam origem ao medicamento, realizando-as nos laboratórios situados nos fundos dos estabelecimentos, os farmacêuticos – proprietários e chefes - não se aproximavam das manipulações, mantendo-se no balcão, dando “a ordem” de qual remédio deveria ser preparado pelo seu funcionário.

As disputas entre farmacêuticos e práticos se concentravam na obtenção de licenças junto ao Serviço Sanitário do Estado. Através dessas licenças, os práticos obtinham permissão para abrir farmácia em localidades onde não houvessem farmacêuticos formados (OLIVEIRA 2018). Tal dinâmica era amplamente criticada pelos artigos da Revista, que ressaltavam o despreparo do prático para gerir sozinho um estabelecimento farmacêutico. Através deste arranjo de forças, notamos que embora os práticos fossem mencionados pelos membros da Sociedade como inabilitados para o exercício da profissão, sua presença como auxiliar dos farmacêuticos não era criticada. Compreendemos que o

combate à concessão de licenças envolvia, essencialmente, a perturbação que o prático licenciado causaria nas relações hierárquicas entre diplomados e não-diplomados, uma vez que estes últimos poderiam exercer seu ofício sem a vigilância do formado e se tornarem proprietários de farmácias.

Ao longo dos artigos apresentados por Luiz de Queiroz e Ignácio Puiggari percebemos que a compreensão do que seria “boa” prática farmacêutica não era objeto de consenso entre os membros da Sociedade, que mantinham diferentes entendimentos a esse respeito. Enquanto Luiz de Queiroz defendia a praticidade e rapidez que o uso dos extratos fluidos geraria no cotidiano da farmácia, Puiggari sustentava a relevância no uso das tinturas, argumentando que esses preparados deveriam ser manipulados com calma e que o farmacêutico não deveria confiar seu preparo à indivíduos “inabilitados” ou “pouco confiáveis” (como droguistas e práticos).

Ao abordarem as vantagens no uso das Tinturas Medicinais e dos Extratos Fluidos, tais artigos também defendiam um determinado olhar sobre o como farmacêutico deveria atuar para obter um “bom” medicamento. Embora a Sociedade se embasasse no ideal de cientificismo ascético, pautado na ação de “dominar” os objetos, percebemos que a chegada de novos preparados gerou importantes deslocamentos dentro deste coletivo, redefinindo, inclusive, a compreensão do que seria a “boa” prática farmacêutica e provocando rearranjos nas fronteiras que os associados desejavam estabelecer entre farmacêuticos formados, práticos e droguistas.

Novos objetos, novas fronteiras? Os debates sobre Extratos Fluídos na Sociedade Farmacêutica Paulista (1897)

Os debates sobre extratos fluidos retornam à cena em 2 de julho de 1897, durante uma das reuniões da Sociedade Farmacêutica. Nesse encontro, Luiz de Queiroz reapresentou seus estudos sobre as potencialidades de ação dos extratos fluidos, submetendo seus resultados à apreciação dos colegas. Em sua fala, Queiroz ressaltou que “deve-se suprimir diversos extratos fluidos como sejam de althéia, gomma angico, etc., que desmoralizam essa forma pharmaceutica.” (ATAS 1897: 65). Através desta ressalva, o autor começa a submeter esse preparado aos critérios de validação e normas de verdade empregados pela Sociedade. Tais normas de verdade implicavam em separar os “bons” e “maus” extratos fluidos, criando uma rede de exclusão na qual se inseririam os extratos

alheios ao “controle do cientista”, que poderiam levar ao “erro” e, portanto, à “desmoralização” desse profissional.

Esta exposição dividiu opiniões dentro da Sociedade, demonstrando como a inserção dos extratos na terapêutica paulista era um tema controverso. Enquanto Luiz de Queiroz, Servulo Genofre e João F. Meira de Vasconcelos se mostraram favoráveis ao uso dos extratos fluidos, outros associados como Ignácio Puiggari, Cristóvão Buarque de Holanda e Borja Dias se posicionaram contrários à produção e venda dos extratos, ressaltando as dificuldades em sua obtenção e na identificação dos preparados falsificados (Idem.).

Os argumentos mobilizados pelos membros da Sociedade podem ser acompanhados no artigo *A discussão dos Extratos Fluidos na Sociedade Farmacêutica*, publicado em outubro de 1897 por Borja Dias. O autor inicia o texto expondo o argumento de Queiroz, segundo o qual os extratos fluidos deveriam ser usados em lugar das tinturas medicinais e infusos usualmente preparados pelos farmacêuticos, pois possuiriam uma “dosagem mais rigorosa.” (DIAS 1897: 72).

O primeiro associado a se posicionar contra o uso dos extratos fluidos foi Ignácio Puiggari. Como vimos acima, esse profissional defendia que o farmacêutico deveria fazer seus próprios medicamentos e dedicar tempo ao seu preparo, nem que isso resultasse em remédios mais caros. Puiggari considerava que o uso generalizado dos extratos fluidos causaria modificações importantes na maneira como esse profissional organizaria sua rotina, afastando-o da produção dos medicamentos e reduzindo-o à categoria de comerciante:

Protestando em nome dos fóros da pharmacia contra o industrialismo que vai fazendo do farmacêutico simples negociante a varejo dos produtos de suas fábricas. Fez ver que o farmacêutico de hoje já não goza daquele prestígio de que o cercava o povo que presenciava o interesse e cuidado com que ele por suas próprias mãos ia colher, nas cercanias de suas cidades, as plantas medicinais de que necessitava. (...). Os nossos laboratórios já não possuem aquelle arsenal de pequenos e engenhosos aparelhos que quebravam a monotonia sepulcral deste recinto, onde não se encontra hoje mais do que a interminável fileira de vidros uniformemente rotulados com o infalível dístico ‘Extr. Fluido’. Diz que os grandes laboratórios industriais já nos usurparam quase tudo; restam-nos apenas algumas fórmulas cuja contenção se pretende aniquilar completamente com a introdução oficial dos extratos fluidos. (DIAS 1897: 72-73).

De acordo com Puiggari, o valor científico da prática farmacêutica estava nas ações diárias de diluir, saturar, dosar e filtrar as diferentes substâncias, transformando-as em medicamentos. Mais uma vez, o autor do artigo enalteceu que a “boa” prática farmacêutica envolvia desde o ato de colher a planta que seria manipulada, até as misturas feitas no laboratório situado aos fundos do estabelecimento. Percebemos como esse entendimento sobre a profissão dotava o farmacêutico de mais independência, uma vez que ele não precisaria sortir-se dos preparados oferecidos por droguistas e industriais.

A defesa de que o farmacêutico deveria se manter próximo ao laboratório e realizar suas próprias manipulações, também envolvia afastar esse profissional da fama de comerciante. Diversos artigos da Revista buscavam diminuir, tanto quanto possível, qualquer menção às transações comerciais realizadas nas farmácias, ressaltando as ações do farmacêutico como cientista. Embora as atividades de compra e venda fossem essenciais ao sustento da farmácia, os associados consideravam que o viés comercial de sua profissão poderia perturbar a imagem de neutralidade científica, que se desejava perpetuar naquele momento.

O farmacêutico Cristovão Buarque de Holanda também se posicionou contra o uso dos extratos fluidos. Entre 1896 e 1916 esse associado dirigiu o Laboratório Farmacêutico do Estado, seção do Serviço Sanitário de São Paulo responsável pelo preparo de remédios que abasteceriam os hospitais públicos e seriam distribuídos em momento de surtos epidêmicos (RIBEIRO 1993). A atuação de Holanda em uma instituição sanitária contribuiu na conformação de seu juízo sobre o uso dos extratos fluidos, pois além do viés comercial que a circulação desse preparado poderia estimular, Holanda também destacou a dificuldade que os extratos apresentariam na identificação de falsificações:

O espírito mercantil que tem deturpado as mais nobres profissões, já se apossou desta nova forma medicamentosa. A preparação dos extratos fluidos não pode ser feita com vantagem nos pequenos laboratórios; os farmacêuticos têm de sortir-se deles nas drogarias e estas, por sua vez dão preferência àqueles que lhes são oferecidos por preços mais vantajosos, sem se importarem com sua boa ou má qualidade. [Buarque de Holanda] Pergunta, quais os meios de se reconhecer si um extrato fluido está bem preparado: como distinguir as falsificações? (...) Na maioria dos casos uma análise é quase impossível. Como prova do que acaba de dizer, lembra que a maior parte dos extratos fluidos vendidos nas drogarias trazem rótulos falsificados; em vista disso o que se pode pensar do preparado? (DIAS 1897: 73).

Percebemos como Buarque de Holanda não mencionou farmacêuticos como fabricantes de extratos falsificados, citando os droguistas enquanto grupo que se encarregaria de produzir remédios adulterados com o intuito de vendê-los a preços mais atrativos. O autor também retomou o argumento de Puiggari, questionando a relação de dependência que se estabeleceria entre as pequenas farmácias e os droguistas, uma vez que esses últimos se tornariam os principais fornecedores de extratos fluidos.

Holanda ainda considerava que a falta de recursos para atestar a falsidade dos extratos fluidos vendidos no mercado, poderia gerar a falência dos “bons” laboratórios e farmacêuticos, que sucumbiriam à concorrência com aquelas que recorressem aos métodos mais baratos de produção:

Acredita que mesmo os grandes laboratórios que conscienciosamente exploram esses extratos, não de sucumbir esmagados por seus desleais concorrentes. (...) A substituição das tinturas pelos extractos fluidos e o emprego destes na confecção dos xaropes, infusos, etc. vem aumentar a dubiedade em que paira o espírito do farmacêutico escrupuloso, e muito mais, concorrer para inutilizar os seus esforços e dos médicos em benefício dos doentes. (DIAS 1897: 73-74).

A fala de Holanda demonstra receio em relação à elementos morais que poderiam ser abalados com o uso dos extratos, cuja dificuldade na identificação de falsificações propiciaria a ação de indivíduos desonestos – charlatões. O perigo dos extratos mal manipulados – venenos – foram citados por Holanda como um complicador ao uso deste preparado, que poderia estimular a atuação dos “não-cientistas”, indivíduos voltados ao lucro e, conseqüentemente, perigosos à saúde pública.

As distintas opiniões sobre o emprego dos extratos fluidos na terapêutica envolviam o estatuto dubio que esse novo preparado possuía, tornando-se remédio ou veneno de acordo com os indivíduos e interesses envolvidos em sua formulação. Em conformidade com as reflexões de Isabelle Stengers (1997), ressaltamos como um mesmo composto pode ser enquadrado como remédio ou veneno de acordo com a ecologia na qual está inserido - dosagem, preparo, acomodação, modo de aviamento, agente que a aviou. Nesse sentido, a mesma substância que pode curar, também dispõe da capacidade de envenenar. A autora ressalta como essa ambigüidade incomoda a tradição platônica, sobre a qual se assentam os ideais de cientificidade moderna:

Notre problème spécifique (...) est l' intolérance de notre tradition face à ce type de situation ambiguë, l'angoisse qu'elle suscite. Il faut un point fixe, un fondement, un garant. Il faut une différenciation stable entre le médicament bénéfique et la drogue maléfique, entre la pédagogie rationnelle et l' influence suggestive, entre la raison et l' opinion. (STENGERS 1997: 53)

Seguindo este posicionamento, observamos como o emprego dos extratos fluidos promove desarranjos entre a dinâmica dos remédios benéficos – produzidos por farmacêuticos-cientistas diplomados - e os venenos maléficos, fruto da ambição comercial de droguistas e outros charlatões. Diferentemente das tinturas medicinais e outras preparações já conhecidas, as misturas que produziriam os extratos ainda não haviam se tornado objeto de consenso dentro do coletivo que se desejava fundar para a farmácia em São Paulo. Sendo assim, os associados se posicionam com cautela frente aos “efeitos maléficos” que a inserção desse novo agente poderia gerar, tais como a permissividade ao charlatanismo, a dependência das pequenas farmácias em relação aos droguistas, ou mesmo, a preponderância de interesses comerciais sobre o desinteresse científico.

Além de suscitar o debate sobre o viés comercial da profissão e o perigo das falsificações, os associados também ressaltaram como a presença dos extratos também poderia provocar deslocamentos nas relações hierárquicas entre farmacêuticos diplomados e os práticos. Logo após a explanação de Buarque de Holanda, o farmacêutico Batista da Rocha discutiu a permissividade que a disseminação dos extratos fluidos poderia gerar, uma vez que facilitaria a atuação dos práticos licenciados:

Como repudiar um preparado com o qual (nos garante o rótulo do frasco) se pode preparar dez litros de vinho ou xarope medicinal em dois minutos? Que objeções poderiam opor a essa inovação os nossos licenciados se assim eles podem preparar qualquer fórmula de xarope do Códex, coisa que de outro modo lhes é difícil, pois que não são obrigados a saber traduzir o francês deste livro oficial? Pergunta porque aqueles que trabalham e estudam hão de fazer coro com indolentes e ignorantes entoando hosanas à uma inovação cujas vantagens ainda são discutidas pelos mestres? (DIAS 1897: 74).

De acordo com esse associado, as facilidades que o uso dos extratos fluidos propiciaria na produção de xaropes e outros remédios poderia estimular a ação dos práticos licenciados. A defesa deste associado à prática manual na formulação dos remédios, não

se limitava a incentivar a ação do farmacêutico junto ao laboratório, seu intuito também era limitar a ação dos práticos. Batista da Rocha desconfiou, inclusive, da idoneidade dos extratos fluidos, defendendo que apenas práticos e ignorantes – charlatões - poderiam festejar o uso de um preparado que envolvesse menor labor junto às misturas e, inclusive, dispensasse o uso cotidiano dos livros e manuais.

Segundo os argumentos citados acima, a aplicação dos extratos fluidos no cotidiano das farmácias não significava apenas a adição de um novo produto, mas sim a implantação de uma concepção de prática farmacêutica mais alinhada à produção de medicamentos em larga escala. Embora a disseminação dos extratos propiciasse o aumento da produção e a diminuição de seus custos, alguns associados desconfiaram que esta nova dinâmica poderia tornar as farmácias dependentes dos fornecedores – droguistas – que colocariam as “leis de mercado” acima do “desinteresse científico”. Os membros da Sociedade Farmacêutica também consideravam que a circulação desse novo composto poderia ampliar o escopo de atuação dos licenciados, colocando-os em posição de igualdade com os formados e, conseqüentemente, perturbando as relações hierárquicas entre práticos e farmacêuticos formados.

A discussão sobre esse tema - empreendida pelos associados em 2 julho de 1897 - foi encerrada pelo presidente por Meira de Vasconcelos. Este último ponderou sobre os argumentos expostos acima e defendeu que a inserção dos extratos fluidos na terapêutica oficial não acompanharia necessariamente o desuso das tinturas e outras formas de preparo mobilizadas quotidianamente nas farmácias (Idem). Por fim, Luiz de Queiroz se comprometeu a apresentar mais estudos sobre as aplicações e limitações dos extratos.

Após este debate, os extratos fluidos tornam-se tema constante na Revista Farmacêutica, que publicou compilações de estudos estrangeiros que listavam suas características, formas de preparo, meios de conservação e, inclusive, procedimentos de verificação contra falsificações⁹. Em dezembro de 1897, o farmacêutico Servulo Genofre escreveu um artigo abordando o uso dos extratos, o associado destacou como a produção deste medicamento envolveria a combinação de teoria, prática, tempo, dinheiro e consciência (GENOFRE 1897). Esta postura do autor se alinha ao argumento de Luiz de Queiroz sobre a moralização dos extratos fluidos, retirando elementos que poderiam desestabilizar a manipulação desse preparado, aproximando-o do “erro”.

⁹ Nesse sentido mencionamos a coletânea *Chimica e Pharmácia – Os extratos fluidos na preparação extemporânea de xaropes*, que reuniu trechos de textos publicados originalmente por Fernando Ranoviez, pertencente à Universidade de Louvain. (RANOVIEZ 1897).

Tal arranjo nos leva a refletir como a inserção dos extratos fluidos na terapêutica paulista envolveu a criação de uma ecologia – rede de práticas e saberes – por meio da qual esse composto pudesse ser enquadrado como remédio benéfico e, conseqüentemente, afastado de qualquer relação com o envenenamento:

Falo em consciência porque tenho visto no mercado tanto extrato fluido que mais merecia o nome de água suja do que Extrato Fluido. (...). Não me refiro aos Extratos Fluidos preparados no laboratório químico de Luiz de Queiroz & Moura, porque além dos sócios serem farmacêuticos trabalhadores e instruídos, possuem como chefe um colega químico habilitadíssimo Pedro Baptista de Andrade. (GENOFRE 1897: 124).

No trecho acima, Genofre mencionou o estabelecimento de Luiz de Queiroz como espaço no qual os extratos fluidos poderiam ser adquiridos sem “o risco de falsificações”, elogiando as ações de Pedro Baptista de Andrade - responsável pelas preparações deste laboratório – que também era membro da Sociedade Farmacêutica. Para os associados a formação ecológica necessária ao enquadramento dos extratos fluidos como remédios envolvia, justamente, que sua manipulação fosse realizada por farmacêuticos formados. Desta forma, a validade do extrato fluido¹⁰ se modificaria de acordo com os agentes envolvidos em sua produção e venda, uma vez que práticos e droguistas eram sempre citados como agentes que circulariam as misturas mal preparadas.

Conclusão

Através dos artigos publicados pela Revista Farmacêutica, ressaltamos a ação dos extratos fluidos na conformação de uma identidade profissional para o farmacêutico. Acompanhamos os debates sobre esse preparado nas reuniões da Sociedade Farmacêutica Paulista e em artigos publicados nos números iniciais da Revista Farmacêutica. Vimos como além de suscitar debates sobre o que seria a “boa” prática profissional, a circulação deste novo objeto também gerou rearranjos nas relações que os associados mantiveram com seus “outros”, enquadrados na categoria de “charlatões”.

¹⁰ Os debates sobre o uso dos extratos fluidos não se limitaram aos anos iniciais da Revista Farmacêutica. As discussões acerca de seu uso e técnicas de produção se mantiveram frequentes e foram ampliadas. De maneira que esse preparado foi incluído no primeiro manual farmacêutico de São Paulo: a Farmacopeia Paulista, lançada em 1917.

Embora os membros da Sociedade desejassem perpetuar a imagem de cientistas ascéticos e dominadores das substâncias, estas últimas estavam sempre evocando seu espaço dentro do coletivo de farmacêuticos. Desta forma, a chegada dos extratos fluidos não operou pela lógica da adição de um novo elemento, evidentemente reconhecido como “remédio benéfico” para a saúde pública. Esse novo preparado foi recebido de maneira dúbia e controversa, sendo considerado por alguns associados como elemento de progresso, enquanto, para outros, era enquadrado como perigoso estimulante à ação dos charlatões e ao viés comercial da profissão.

O charlatanismo foi evocado pelos farmacêuticos-cientistas como categoria de acusação contra práticos licenciados e droguistas. Enquanto os práticos eram acusados de não possuir os conhecimentos necessários para atuar sem a supervisão dos farmacêuticos, os droguistas eram mencionados como comerciantes interesseiros, que colocariam o lucro acima da prática científica (falsificando os extratos em busca dos melhores preços). Por meio dos debates sobre o uso dos extratos fluidos e sua implantação em São Paulo, percebemos que embora a imagem do negociante fosse desprezada oficialmente, os associados misturavam a todo momento interesses científicos e comerciais. Na medida em que novas técnicas de produção de medicamentos apareciam, tanto sua eficácia científica, quanto seu processo de venda, eram considerados e discutidos nos encontros da Sociedade.

Referências

- AMERICANO, Jorge. 2004. **São Paulo Naquele Tempo (1895-1915)**. São Paulo: Carrenho.
- “Atas das Sessões da Sociedade Farmacêutica Paulista”. 1897. **Revista Farmacêutica (São Paulo)**, 3(04/05): 62 - 67.
- BENSAUDE-VINCENT, Bernadette. STENGERS, Isabelle. 1992. **História da Química**. Lisboa: Instituto Piaget.
- DIAS, Borja. “A discussão dos Extratos fluidos na Sociedade Farmacêutica”. 1897. **Revista Farmacêutica (São Paulo)**, 3(6): 72 – 76.
- FLECK, Ludwik. 2010. **Gênese e Desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum.

FOUCAULT, Michel. 1985 . “O Sujeito e o Poder”. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault – Uma Trajetória filosófica (Para além do Estruturalismo e Hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. 2014. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola.

HARAWAY, Donna. 1995. Saberes “Localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. **Cadernos Pagu**, 5: 7 – 41.

LATOUR, Bruno. 2014. **Investigación sobre los modos de existência Una antropología de los modernos**. Buenos Aires: Paidós.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. 1999. **Natureza em Boiões Medicinas e Boticários no Brasil Setecentista**. Campinas: Editora Unicamp.

OLIVEIRA, Isabella Bonaventura de. 2018. **A Farmácia em São Paulo é um novelo de redes: gênero e prática científica (1895 – 1917)**. [Dissertação]. São Paulo (SP): Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PIGNARE, Philippe. 1999. **O que é um medicamento? Um objeto estranho entre ciência, mercado e sociedade**. São Paulo: Editora 34.

PIMENTA, Tânia Salgado. COSTA, Edná Alves. 2008. “O exercício farmacêutico na Bahia da segunda metade do século XIX”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, 15(4): 1013 - 1023.

PUIGGARI, Ignácio. 1895a. “Prática Pharmacêutica”. **Revista Farmacêutica (São Paulo)**, 1(1): 11 – 14.

_____. Tinturas Medicinais. 1895b. **Revista Farmacêutica (São Paulo)**, 1(4): 81 - 84.

QUEIROZ, Luiz de. 1896. ‘Extractos Fluidos’. **Revista Farmacêutica (São Paulo)** 1(11): 217 - 219.

RANOVIEZ, Fernando. 1897. “Chimica e Pharmácia – Os extratos fluídos na preparação extemporânea de xaropes”. **Revista Farmacêutica (São Paulo)**, 3(6): 135 - 137.

RIBEIRO, Maria Alice. 1993. **História sem fim...Inventário da saúde pública 1880-1930**. São Paulo: Unesp.

_____. 2000-2001. “Saúde pública e as empresas químico-farmacêuticas”. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, 7(3): 607 – 622.

STENGERS, Isabelle. 1997. **Cosmopolitiques I**. Paris: La découverte les empêcheurs de penser en rond.

_____. 2013. **Une autre science est possible! Manifeste pour un ralentissement des sciences**. Paris: La Découverte.

VELLOSO, Verônica Pimenta. 2007. **Farmácia na Corte Imperial (1851 - 1887): práticas e saberes**. [Tese] Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz.